



Estado de Rondônia  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**



**RELATÓRIO DE AUDITORIA DO  
CONTROLE INTERNO**

**Ji-Paraná, 2013**



ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
CONTROLE INTERNO



**ÍNDICE**

|                                           |    |
|-------------------------------------------|----|
| 1 - INTRODUÇÃO.....                       | 3  |
| 2 – APRESENTAÇÃO.....                     | 4  |
| 3 – ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO .....  | 5  |
| 4. - DAS RECOMENDAÇÕES .....              | 8  |
| 5. Fundo de Previdência Social – FPS..... | 9  |
| 6. Passivo Atuarial Previdência .....     | 13 |
| 7 - Dos Balanços .....                    | 14 |
| 22. Parecer Técnico .....                 | 20 |
| 23. CERTIFICADO DE AUDITORIA .....        | 21 |



ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
CONTROLE INTERNO



## 1 - INTRODUÇÃO

O presente relatório foi formatado tendo como lastro, as informações apuradas nos demonstrativos apresentados pela Contabilidade nos moldes da LRF. Destes, foram observados os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO bimestrais, Relatório de Gestão Fiscal –RGF quadrimestrais e demais peças contábeis que se fizeram necessárias para complementar o entendimento sobre alguns pontos.

Os comentários resultantes compõem um resumo daqueles, oportunizados nos relatórios quadrimestrais enviados tempestivamente ao Tribunal de Contas do Estado, no qual contemplam na sua grande maioria, ponderações referentes ao último quadrimestre.

Mormente, os demais fatos, estão consubstanciados como resultado do acompanhamento das rotinas processuais, orientações e recomendações proferidas no transcorrer do exercício.

Neste contexto em cumprimento das disposições dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, do artigo 74 da Constituição Estado, da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 13/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, este Controle Interno apresenta o Relatório Anual do Órgão de Controle Interno período de Janeiro a Dezembro de 2013, estruturado em observância ao diploma legal vigente.

O Artigo 59 da Lei Complementar nº 101 definiu responsabilidade aos Sistemas de Controle Interno quanto à fiscalização da Gestão Fiscal:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscaliza o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I – atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III – medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV – providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V – destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar.

Observou-se os preceitos da Instrução Normativa nº 013 de 18 de novembro de 2004 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO, de acordo com a alínea “b” do Inciso o artigo 11, Aline b, assim dispõe:





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**CONTROLE INTERNO**



- b) relatório dos órgãos de controle interno, até o trigésimo dia subsequente, contendo:
- 1) descrição das falhas e ilegalidades constatadas, acompanhado dos documentos probantes;
  - 2) dispositivo legal infringido;
  - 3) quantificação do dano causado ao erário, se for o caso;
  - 4) qualificação do responsável (anexo TC-28);
  - 5) recomendações e providências adotadas;
  - 6) declaração do Chefe do Poder Executivo informando ter tomado ciência do Relatório do Controle Interno.

No contexto da norma supracitada, foram elaborados os relatórios quadrimestrais, encaminhados tempestivamente à Corte de Contas, pelo quais passa então os relatos em síntese, tendo base os RGF do terceiro quadrimestre.



## **2 – APRESENTAÇÃO**

Em cumprimento às disposições legais, o Órgão de Controle Interno elabora o Relatório Anual de Controle Interno com base nos Relatório Resumido da Execução Orçamentária 1º ao 6º Bimestre e de Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 1º ao 3º Quadrimestre das Despesas do Poder Executivo, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013, com análise e considerações norteadas nos mandamentos constitucionais e nas orientações contidas na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei nº 4.320/64 e nos demais normativos legais sobre a matéria, com vistas a contribuir para a análise do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO.

Compõe a equipe da CGM:

**Em 31/12/2013 a Controladoria Geral do Município contava com os seguintes integrantes:**

| <b>Servidor</b>                       | <b>Matrícula</b> | <b>Função</b>                         |
|---------------------------------------|------------------|---------------------------------------|
| Elias Caetano da Silva                | 9363-1           | Controlador Geral do Município        |
| Vivaldo Pinto Zeferino                | 94.026           | Controlador Técnico                   |
| Dulcinalva Mota Barroso               | 11.388           | Auxiliar Administrativo               |
| Iraneide Maria dos Santos             | 1861-0           | Administradora de Empresas            |
| Marília Pires de Oliveira             | 12.349           | Agente Administrativo                 |
| Marlene Maia Ribeiro                  | 11.587           | Agente Administrativo                 |
| Percídia Chagas Riberio               | 11.304           | Economista                            |
| Rosângela Barros Guimarães dos Santos | 10.284           | Diretora de Controle Administrativo   |
| Sidnei Silva dos Anjos                | 7868             | Diretor Técnico de Serviços Contábeis |
| Suely Beraldo Zanard dos Santos       | 1.976            | Assessora Especial Nível III          |
| Zilda de Jesus                        | 8.227            | Agente Administrativo                 |

Fonte: Folha de ponto mensal de dezembro de 2013





### 3 – ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO

A metodologia utilizada pelo Controle Interno para elaboração do presente envolveu análise e comparativos dos resultados alcançados no Relatório Resumido da Execução Orçamentária 1º ao 6º Bimestre e Relatório de Gestão Fiscal do 1º ao 3º Quadrimestre de 2013.

Imperioso destacar que, nos termos do artigo 8º da Lei Municipal nº 1.397 de 2005, compete a Controladoria Geral:

- I – orientar, fiscalizar, acompanhar e avaliar o controle interno da administração municipal;
- II – examinar e avaliar os demonstrativos contábeis orçamentários, financeiros, patrimoniais, de inventários e da execução das despesas e da arrecadação da receita, da administração direta e indireta do município;
- III – examinar pareceres sobre a regularidade das despesas;
- IV – fiscalizar os lançamentos, controle e arrecadação de tributos municipais;
- V – fiscalizar a aplicação de verbas provenientes de convênios em quaisquer órgãos municipais;
- VI – manifestar-se expressamente, sempre que necessário, perante o chefe do Poder Executivo e Secretários acerca do cumprimento das determinações legais aplicadas à Administração Pública.

Durante o exercício de 2013, além de promover análise e orientações rotineiras nos processos administrativos, destacam-se algumas ações:

**3.1** - Em atendimento a solicitação através do Ofício nº 01/INSPEÇÃO ESPECIAL 2013, do Tribunal de Contas de Rondônia foi disponibilizado, a equipe da Controladoria e meios para dar suporte ao Tribunal de Contas do Estado na inspeção que teve como Auditor do Controle Externo o Senhor Marc Uiliam Pereira Reis, o qual foi providenciado fotocópias e em meio digital, de todos os Empenhos e Ordens Bancárias emitidos em razão da execução do Contrato nº 017/PGM/2007 e notas fiscais, referente ao Processo nº 1481/2007, Transporte Escolar sendo os volumes I ao XXXV.

**3.2** - A Controladoria acompanhou junto ao jurídico do Gabinete do Prefeito Decreto Municipal nº 0943/GAB/PMJP/2013, de 4/3/2013 que “regulamenta a elaboração de Projeto Básico para fins licitatórios em todas as modalidades de Licitação” e o Decreto nº 0945/GAB/PMJP/2013, de 4/3/2013, que “Dispõe sobre o Fluxograma de Processos de





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**CONTROLE INTERNO**



Licitação e Pagamento”, também foram disponibilizados os Fluxograma de Trâmite de Suprimentos de Fundos e Diárias.

**3.3** - Participou na elaboração e efetivação da Lei nº 2533 de 10 de outubro de 2013, que “Dispõe sobre o pagamento de despesa por meio de adiantamento” e disponível no site do município.

**3.4** - Participou na elaboração da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2014 e do Plano Plurianual para 2014/2017, pelo qual destacou alguns membros para acompanhar e conhecer de antemão as peças orçamentárias com intuito de facilitar o acompanhamento da execução no exercício de 2014.

Participação na elaboração do Decreto nº 2255/GAB/PMJP/2013 de 7 de novembro de 2013, que “Regulamenta a Lei nº 2533, de 10 de outubro de 2013, que dispõe sobre o pagamento de despesa por meio de adiantamento” e disponível no site do município.

**3.5** - Participação na elaboração do Decreto nº 2318/GAB/PMJP/2013 de 2 de dezembro de 2013 que, “Regulamenta a Lei Municipal nº 2522, de 4 de setembro de 2013”, referente ao Programa “Mais Médicos”.

**3.6** - Recomendou aos Agentes Públicos dos Órgãos Municipais, que enviasse a Declaração de Bens e Rendias, conforme determina à Instrução Normativa nº 28/TCE/RO/2012 e nº 29/TCE/RO/2012, nos prazos ali versados.

**3.7** - Promoveu o aperfeiçoamento da equipe, participando de eventos na maioria dos casos, promovidos pelo Tribunal de Contas do Estado, tais como:

- a. Participação na oficina de capacitação para a utilização do sistema SIGAP/MÓDULO GESTÃO FISCAL, conforme a Instrução Normativa nº 34/2012/TCE/RO, na cidade de Porto velho.
- b. Participação no Congresso Comemorativo dos 30 anos do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, na cidade de Cacoal.
- c. Participação de servidores em curso de Licitações Públicas: Prática e Jurisprudência do TCE-RO e TCU, no Auditório da Secretaria Regional de Cacoal.
- d. Participação de servidor em Seminário de Orientação para Membros de Conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Magistério – FUNDEB, no Auditório da Câmara do Município de Ouro Preto D'Oeste.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**CONTROLE INTERNO**



e. Participação de servidores em curso de Termo de Referência, Pregão e Registro de Preço, no Auditório da Secretaria Regional de Cacoal.

**3.6.** Divulgou junto às secretarias municipais a Resolução nº 125/2013/TCE-RO, que regulamenta a fiscalização e serviços de engenharia nas unidades jurisdicionadas sob aspecto da acessibilidade.



**3.7** - Promoveu o encaminhamento dos documentos dos servidores efetivados no Concurso Público nº 01/2012/PMJP/RO, de 26/3/2012, conforme determina inciso I, art.22, da Instrução Normativa nº 13/TCER/2004.

**3.8** - Realização em 30 de setembro de 2013 da 2ª Audiência Pública do Município de Ji-Paraná, no Auditório do Instituto Federal de Rondônia – IFRO.

**3.9** - Em cumprimento ao inciso I art. 22 da Instrução Normativa nº 13/TCER/2004, foram analisadas e encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, as admissões dos servidores referente o Edital do Concurso Público nº 01/2012/PMJP/RO.

**3.10** - A Secretaria do Município de Administração Memorando nº 252/CGM/2013, Secretaria do Município de Saúde Memorando nº 253/CGM/2013 e Gabinete do Prefeito Memorando nº 254/CGM/2013, cópia do Acórdão nº 203/2013-PLENO referente ao Processo nº 2652/2013/TCER; que trata acerca de ajuste firmado entre o Executivo Municipal e o Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia – CIMCERO.

**3.11** - A Secretaria do Município de Fazenda Memorando nº 259/CGM/2013, cópia da Decisão nº 321/GCESS/2013, Processo nº 0889/2013/TCER, referente a reclamação anônima sobre aumento do ISSQN.

**3.12** - A Secretaria do Município de Fazenda Memorando nº 226/CGM/2013, Secretaria do Município de Administração Memorando nº 227/CGM/2013, Gabinete do Prefeito Memorando nº 228/CGM/2013, cópia da Decisão nº 271/2013/GCESS, Processo nº 3522/2013/TCER, que aprova a Projeção de Receita para o Exercício Financeiro de 2014, do Município de Ji-Paraná.

**3.13** - A Secretaria do Município de Saúde Memorando nº 269/CGM/2013, Secretaria do Município de Educação Memorando nº 270/CGM/2013, Secretaria do Município de Obras e Serviços Públicos Memorando nº 271/CGM/2013, para conhecimento e como modelo caso tenha interesse cópia do Pregão Presencial nº 08/2011/TCERO, anexos I ao VII.

**3.14** - Ao Gabinete do Prefeito Memorando nº 229, 250 e 275/CGM/2013, Secretaria do Município de Administração Memorando nº 251 e 276/CGM/2013, acompanhamento através





de relatório dos serviços prestados através da Empresa Projetos Assessoria e Sistemas Ltda, Processo nº 1-2289/2013, referente ao Contrato nº 013/PGM/2013.

**3.15** - Ao Gabinete do Prefeito e Secretarias Municipais Memorando Circular nº 11/CGM/2013, solicitando o cumprimento do Acórdão nº 87/2010 – PLENO, Processo nº 3862/2006/TCE-RO, que determina sejam todos os veículos oficiais identificados, mediante aposição de adesivo, indicando estarem a serviço da administração.

**3.16** – Divulgou junto aos Órgãos Municipais, através do Memorando Circular nº 12/CGM/2013, o curso e oficina (Teorias e Prática) para a formulação do Termo de Referência (Projeto Básico), realizado através da Escola Superior de Contas na cidade de Cacoal.



#### **4. - DAS RECOMENDAÇÕES**

**4.1.** A Controladoria recomendou aos Agentes Públicos Municipais, para que enviassem as Declarações de Bens e Rendas, como determina a Instrução Normativa nº 28/CTE/RO/2012 e Instrução Normativa nº 29/TCE/RO/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

**4.2.** No intuito de se promover a transparência, controle e avaliação dos serviços contratados pelo Município, a Controladoria recomendou aos Gestores Municipais que o pagamento deverá ocorrer exclusivamente à extensão dos serviços prestados, individualizados os valores da manutenção dos bens mantidos, ou adquiridos, no qual forem expedidas as requisições dos serviços ou mercadorias, devidamente transcritos também individualizados na Nota Fiscal.

**4.3.** Constatou-se em análise processual algumas desconformidades formal, todavia, todas foram reorientadas para regularização e posteriormente retificadas seus cumprimentos. pendências foram sanadas, comprovando-se execuções em tempo hábil.

**4.4.** Recomendo-se aos Agentes Públicos dos Órgãos Municipais, que enviasse a Declaração de Bens e Rendas, conforme determina à Instrução Normativa nº 28/TCE/RO/2012 e nº 29/TCE/RO2012.

**4.5.** Ao Fundo de Previdência Social Memorando nº 219/CGM/2013, a Procuradoria Geral do Município Memorando nº 220/CGM/2013 e Secretaria do Município de Administração Memorando nº 221/CGM/2013, relatório sintetizado elaborado pela equipe da Controladoria, sobre a necessidade do Fundo de Previdência do Município de Ji-Paraná, implementar meios para compensar as concessões de benefícios e aposentadoria com a previdência oficial em





razão do tempo de contribuição e que o Fundo de Previdência Municipal adote medidas para buscar tais recursos financeiros nos termos da legislação.

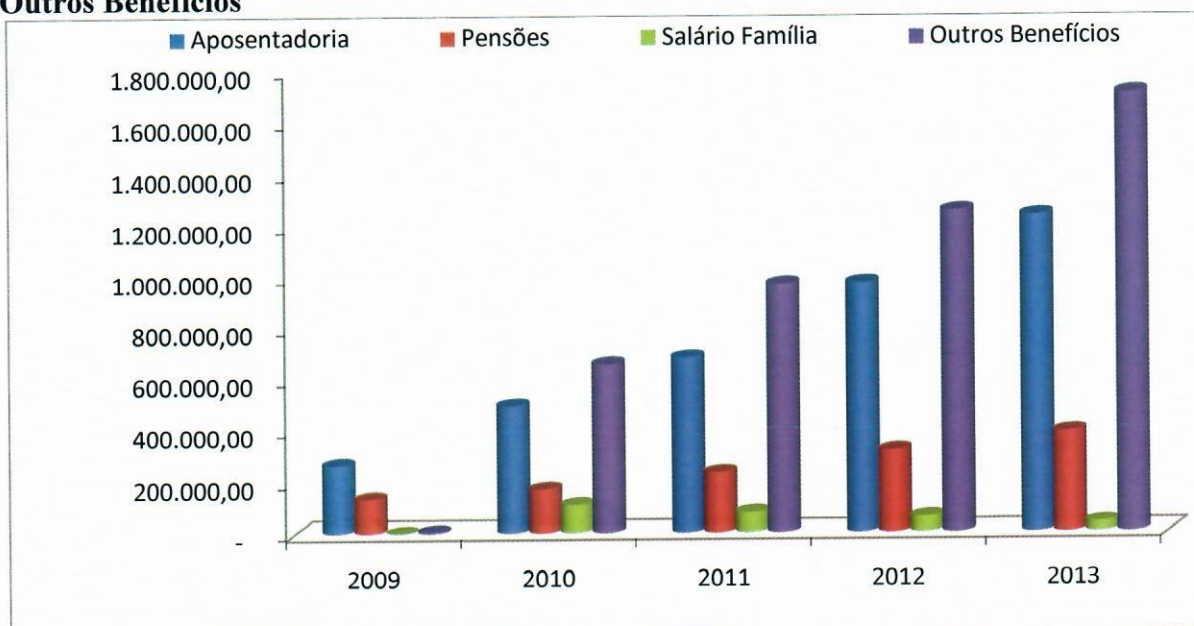
**4.6** Adotar a prática de inserir “notas explicativas” às demonstrações contábeis e aos anexos da IN nº 022/TCERO/2007, visando esclarecer situações obscuras, como, por exemplo, “ajustes de exercícios anteriores”, despesas ou receitas consideradas e/ou desconsideradas, etc;

**4.7** Estabelecer a prática de cancelar os Restos a Pagar não Processados de exercícios anteriores ou, quando atendidos os pressupostos legais para o seu não cancelamento, esclarecer devidamente a situação em notas explicativas às demonstrações contábeis;

## 5. FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – FPS



**Gráfico 01 – Demonstrativo da Despesa com Aposentadoria, Pensões, Salário Família e Outros Benefícios**



Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada - SCPI

Observou-se no Gráfico 01 que a despesa benefícios previdenciários de R\$ 266.013,08 em 2009 para R\$ 1.236.757,30 para 2013 resultando um aumento de R\$ 970.744,22 correspondendo a um aumento em percentual de 364,92% de 2009 a 2013 no período observados.

As despesas com pensão conforme demonstra no Gráfico 16 que saltou com despesa com pensões de R\$ 136.271,05 em 2009 para R\$ 391.053,85 para 2013 resultando um aumento de R\$ 254.782,80 correspondendo a um aumento em percentual de 186,97% de 2009 a 2013 neste período considerado.

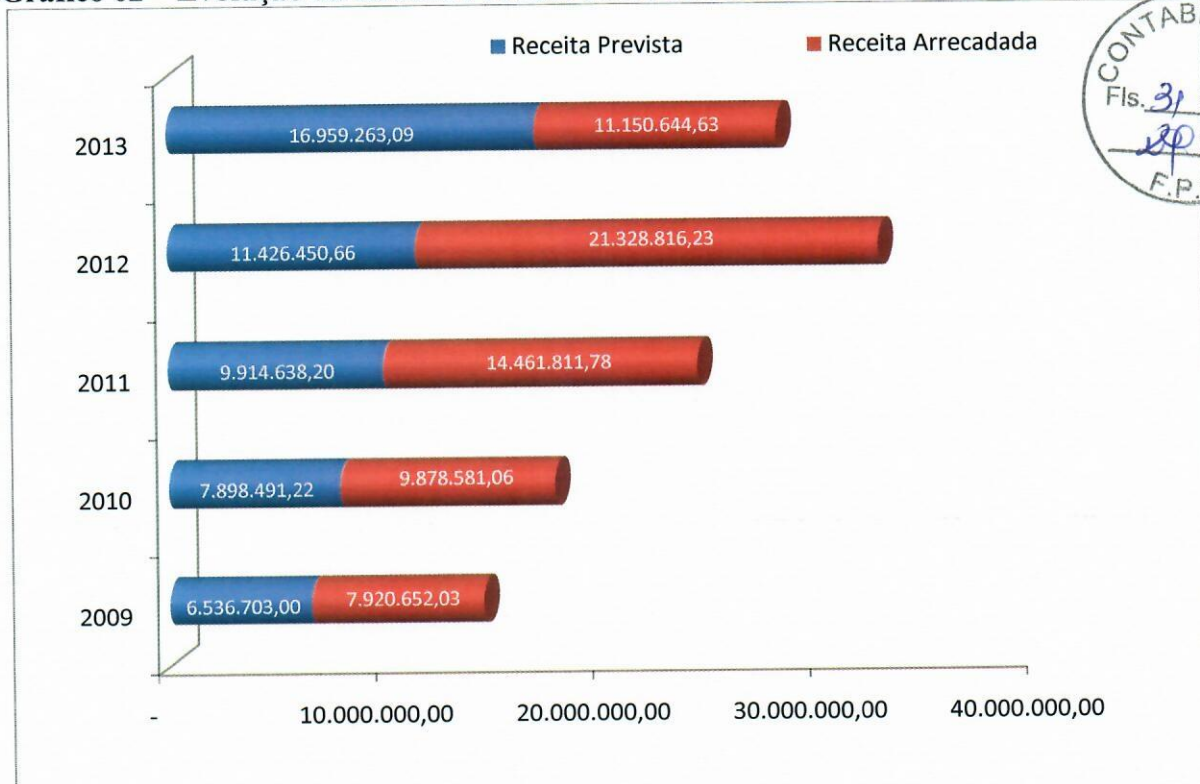


ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
CONTROLE INTERNO



Observou-se no Gráfico 01 que saltou com despesa outros benefícios (salário maternidade e auxílio doença) de R\$ 5.645,98 em 2009 para R\$ 1.709.468,25 para 2013 resultando um aumento de R\$ 1.703.822,27 correspondendo a um aumento em percentual de 30.177,62% de 2009 a 2013.

**Gráfico 02 – Evolução da Receita Prevista com a Arrecadada – 2009 a 2013**



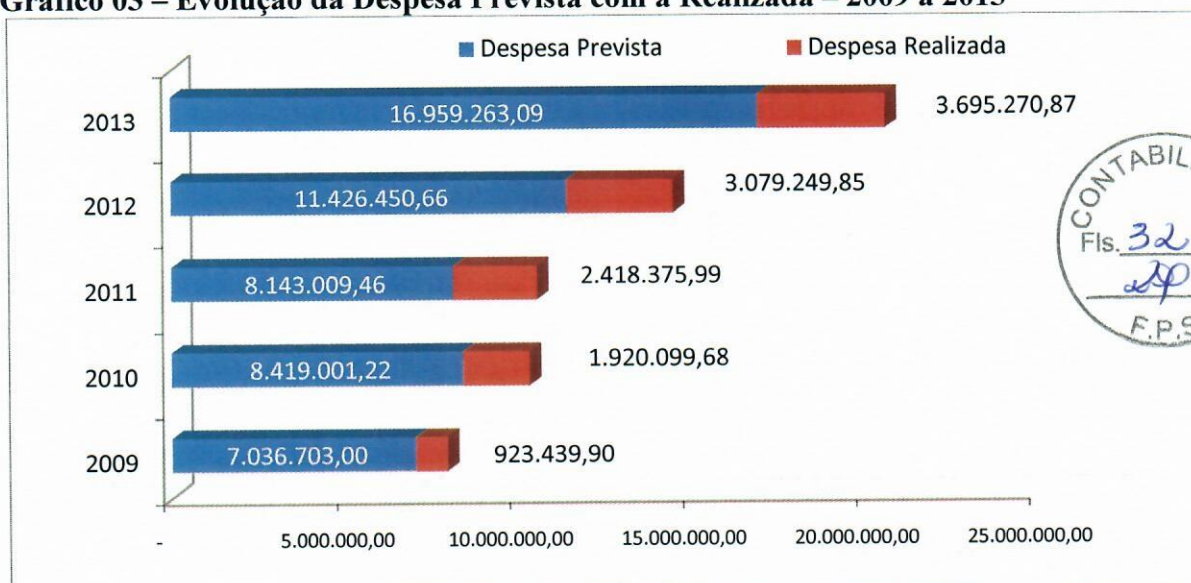
Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada - SCPI

Observa-se no gráfico 02 que comparando a receita arrecadada no exercício de 2009 no valor de R\$ 7.920.652,03 com o valor de R\$ 11.150.644,63 arrecadados em 2013, tem-se um aumento efetivo no valor de R\$ 3.229.992,60, qual em termos percentual de 40,78% no período.





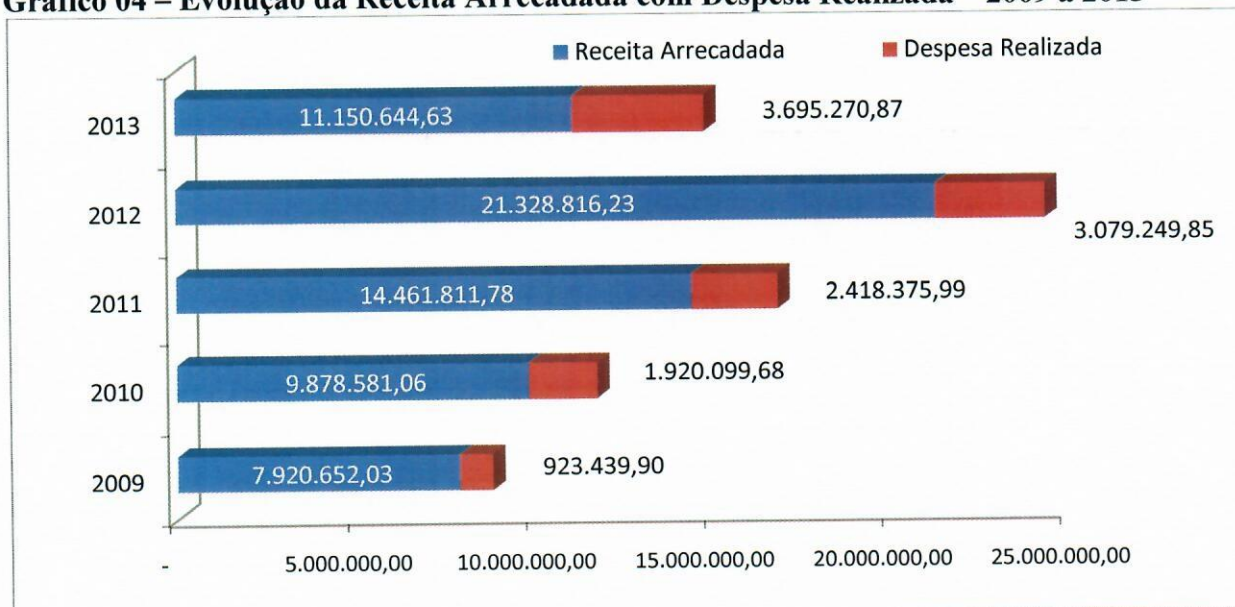
**Gráfico 03 – Evolução da Despesa Prevista com a Realizada – 2009 a 2013**



Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada - SCPI

Observa-se no Gráfico 03 que a despesa realizada no valor de R\$ 923.439,90 saltou de R\$ 3.695.270,87 em 2013, correspondendo a uma diferença a maior no valor de R\$ 2.771.830,97 com um aumento em percentual de 300,16% em comparação 2009 com 2013.

**Gráfico 04 – Evolução da Receita Arrecadada com Despesa Realizada – 2009 a 2013**



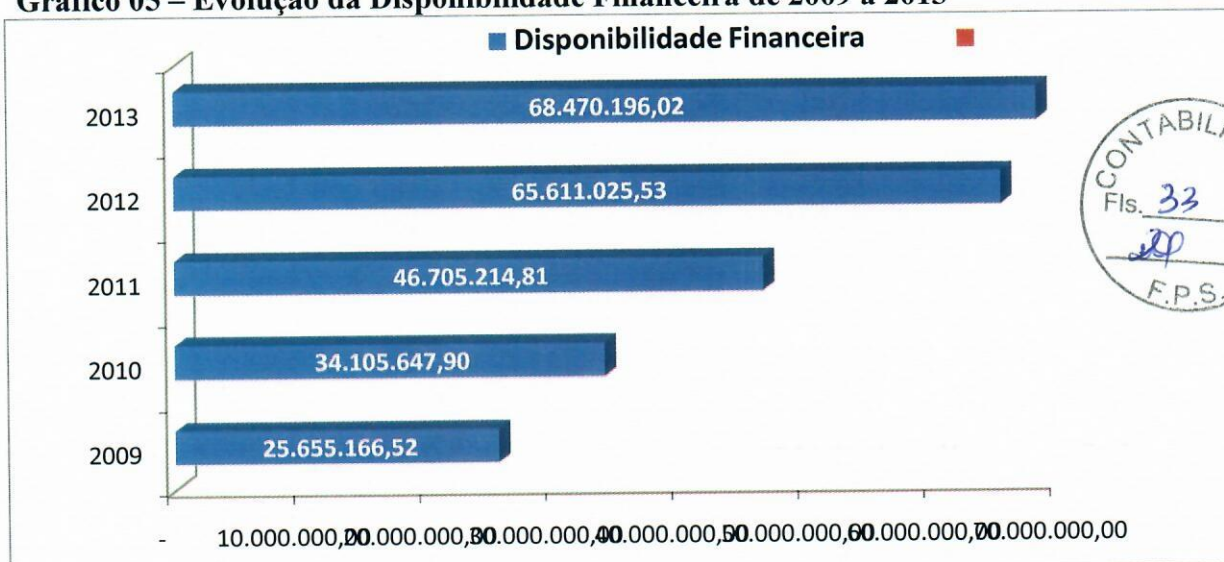
Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada - SCPI

A Receita Arrecadada evoluiu de R\$ 7.920.652,03 em 2009 para R\$ 11.150.644,63 em 2013, perfazendo um acréscimo de R\$ 3.229.992,60. Já a despesa realizada evoluiu de R\$ 923.439,90 em 2009 para R\$ 3.695.270,87 em 2013, perfazendo um acréscimo de R\$ 2.771.830,97.



A diferença entre a Receita Arrecadada no valor de R\$ 11.150.644,63 em 2013 com a Despesa Realizada de R\$ 3.695.270,87 corresponde a um Superávit de R\$ 7.455.373,76, o que corresponde em termos percentuais 66,86% da receita arrecadada. Isto posto, houve um aumento na disponibilidade financeira neste valor.

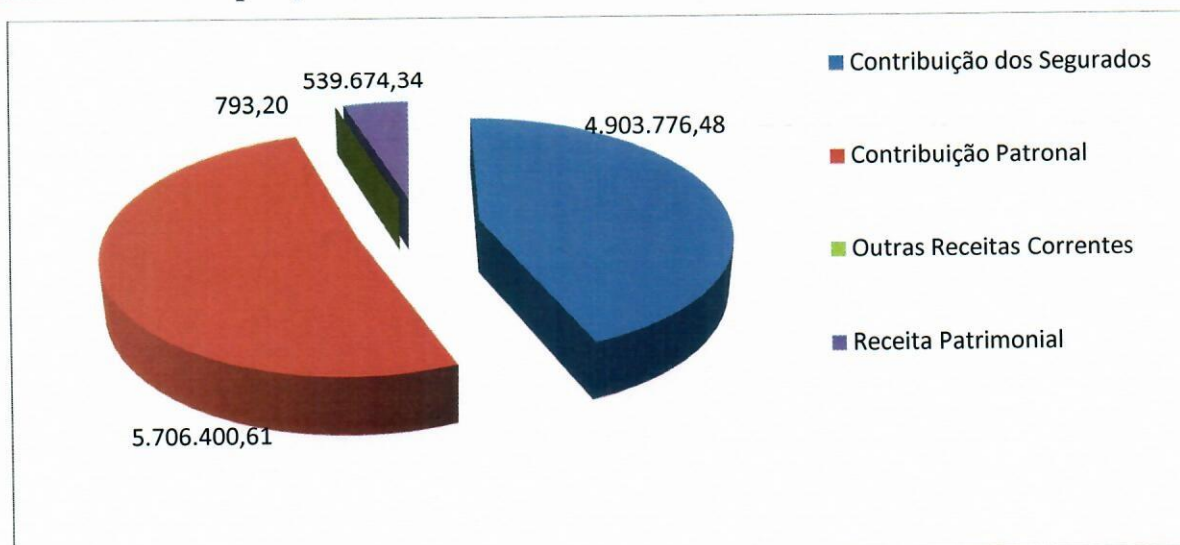
**Gráfico 05 – Evolução da Disponibilidade Financeira de 2009 a 2013**



Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada – SCPI

A disponibilidade financeira evoluiu de R\$ 25.655.166,52 em 2009 para R\$ 68.470.196,02 em 2013, perfazendo um acréscimo de R\$ 42.815.029,50 no período observado, que corresponde ao aumento em termos percentuais de 166,89% no período compreendido.

**Gráfico 06 – Composição das Receitas Previdenciárias - 2013**



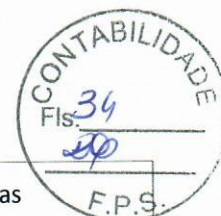
Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada – SCPI



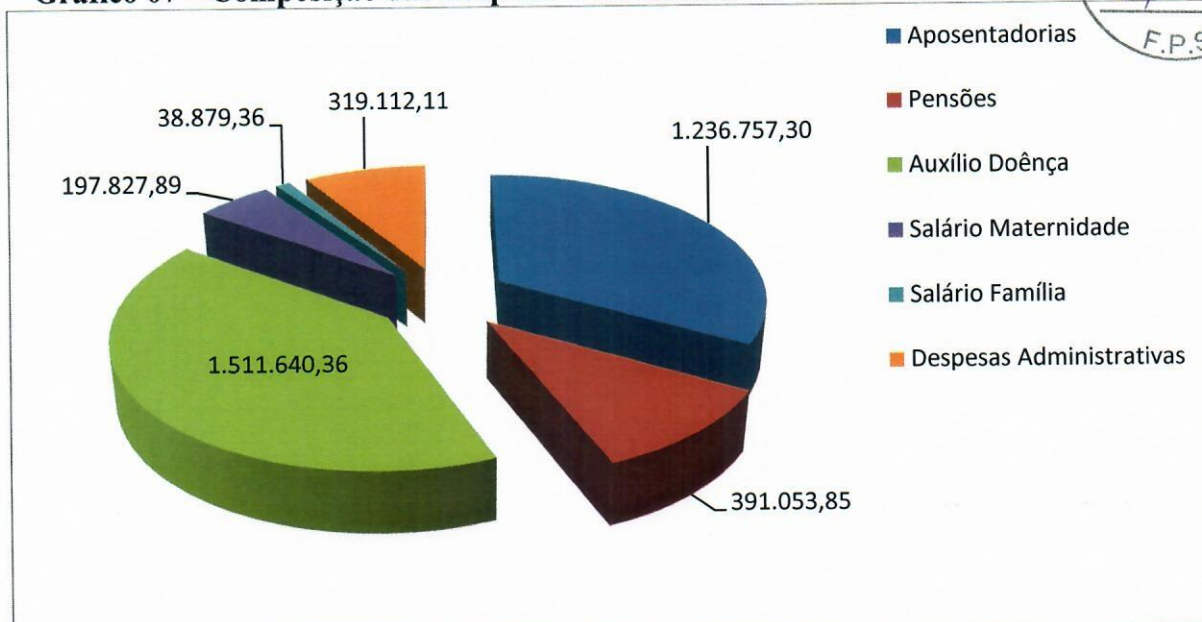


No exercício de 2013, as receitas previdenciárias consolidadas totalizaram R\$ 11.150.644,63 conforme o gráfico 06. É possível visualizar qual o grau de influência teve cada origem de receita neste correspondente no exercício de 2013.

Observa-se que as duas maiores origens de receitas são provenientes da obrigação patronal e as receitas provenientes da retenção dos segurados respectivamente. A receita Patrimonial corresponde ao resultado da aplicação dos recursos disponíveis no mercado financeiro no correspondente exercício.



**Gráfico 07 – Composição das Despesas Previdenciárias - 2013**



Fonte: Sistema de Contabilidade Pública Integrada – SCPI

Através do Gráfico 07, é possível constatar que as Despesas com o Fundo de Previdência Social, no exercício de 2013 totalizaram R\$ 3.695.270,87. Destas, os maiores volumes de recursos pagos refere-se benefícios de Auxílio Doenças e Aposentadorias respectivamente.

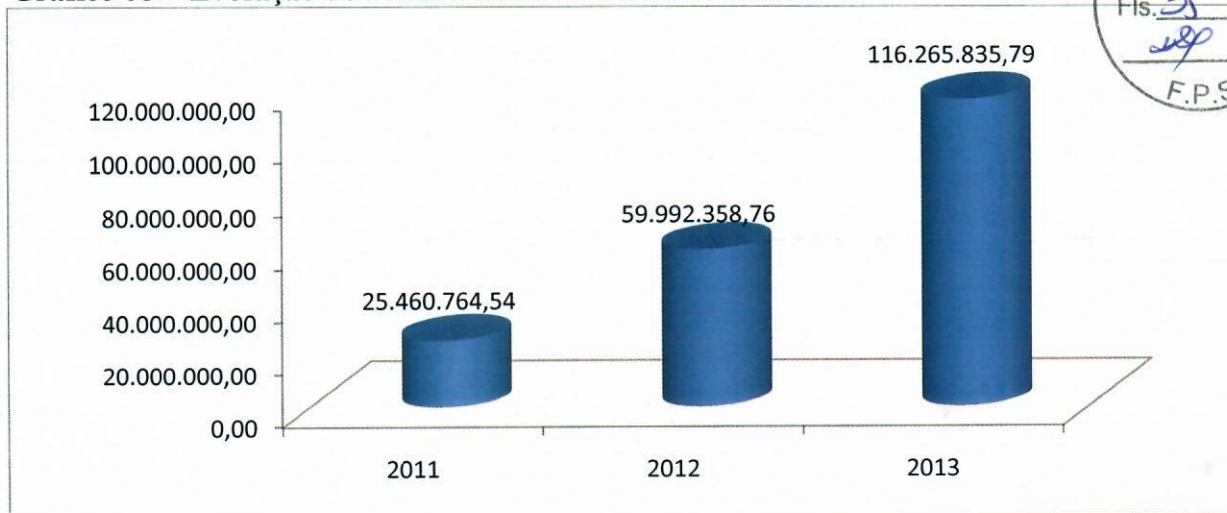
## 6. PASSIVO ATUARIAL PREVIDÊNCIA

Conforme dispõe o MDF/STN/2013 – Manual dos Demonstrativos Fiscais, o Passivo Atuarial, representa os valores previdenciários apropriados para fazer face à totalidade dos compromissos líquidos do plano previdenciário com seus segurados, ou seja, são as reservas matemáticas, referentes às provisões para benefícios concedidos e provisões para benefícios a conceder, ajustadas pelas reservas a amortizar.



Observa nos demonstrativos contábeis analisados não haver nenhum registro sobre os compromissos de compensação previdenciárias entre os fundos previdenciários, tão pouco compensação entre o regime de previdência oficial, conforme dispõe o referido Manual, nos termos quando enfatiza além do Passivo Atuarial do RGPS ou do RPPS, todos os entes federados que possuem compromissos previdenciários, não repassados ao RPPS, deverão demonstrar o respectivo passivo atuarial correspondente a esses compromissos.

**Gráfico 08 - Evolução do Passivo Atuarial Previdenciária**



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre de 2011 a 2013

O Passivo Atuarial evoluiu de R\$ 25.460.764,54 em 2011 para R\$ 116.265.835,79 em 2013, perfazendo um acréscimo de R\$ 90.805.071,25 correspondendo a um aumento de 356,65%.

## **7 - DOS BALANÇOS**

De acordo com o art. 101 da Lei 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

### **7.1 . Do Balanço Orçamentário Anexo 12**

Verificou-se que Portaria MPS 509/2013 trouxe, para o corpo do Balanço Orçamentário dos RPPS, as movimentações financeiras, em virtude da nova classificação contábil dada aos repasses previdenciários efetuados pelo ente público.





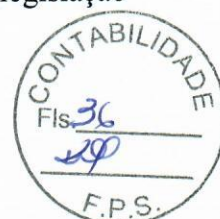


ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
CONTROLE INTERNO



Outra conta incluída foi a Reserva do RPPS, que será constituída quando o montante da previsão de receitas e movimentações financeiras superar o montante das despesas fixadas para o exercício, resultando, assim, na acumulação de recursos que tem por objetivo honrar os futuros compromissos do RPPS para com seus segurados.

Além das contas já previstas na Lei 4.320/64, foram incluídas também as rubricas no Balanço Orçamentário do RPPS atendendo o que dispõe a legislação previdenciária.



#### 7.1.1. Análise do Resultado apurado do Balanço Orçamentário

O total da despesa fixada para o período (orçamento inicial) foi de R\$16.959.263,09, que depois de alterada através de crédito adicional aberto por conta de anulação permaneceu com o mesmo valor.

O total da despesa, depois de alterado no período, foi de R\$ 16.959.263,09, portanto, tendo finalizado o exercício com valores empenhados na importância de R\$ 3.695.270,87, proporcionando uma economia de dotações no valor de R\$ 13.263.992,22.

O total da receita prevista para o período (orçamento inicial) foi de R\$ 16.959.263,09, que atualizada durante o exercício, permaneceu com o mesmo valor. Quando finalizado o exercício, os valores arrecadados atingiram a importância de R\$ 11.150.644,63, proporcionando uma insuficiência de arrecadação no valor de R\$ 5.808.618,46.

**Quadro 01 – Comparativo da Receita Prevista x Arrecadados.**

| Natureza da Receita                 | Valores Previstos | Valores Arrecadados | Diferenças R\$ |
|-------------------------------------|-------------------|---------------------|----------------|
| Receita de Contribuição             | 10.157.105,10     | 10.610.177,09       | -453.071,99    |
| Receita Patrimonial                 | 6.802.157,99      | 539.674,34          | 6.262.483,65   |
| Receita Intra-Receita Contribuições | -                 | -                   | -              |
| Outras Receitas Correntes           | 0,00              | 793,20              | -793,20        |
| Totais                              | 16.959.263,09     | 11.150.644,63       | 5.808.618,46   |

Fonte: Balanço Orçamentário Anexo 12

O quadro 01 demonstra o resultado apurado no Balanço Orçamentário de 2013, déficit orçamentário, no valor de R\$ 5.808.618,46.

Fatos relevantes do Balanço Orçamentário:

O quadro 01 demonstra os valores previstos como Transferências Financeiras Recebidas, refere-se a repasse da Prefeitura para cobertura de déficit, conforme determina Lei Municipal.



As despesas foram efetuadas, totalmente, para pagamento de aposentadorias aos inativos e pensionistas.



## **7.2. Do Balanço Financeiro – Anexo 13**

O Balanço Financeiro da Portaria MPS 509/2013 diferencia-se do Balanço Financeiro da Lei 4.320/64 apenas em relação à classificação das despesas orçamentárias, que, em vez de ser dispostas por função, encontram-se desmembradas por categorias econômicas e por subgrupos de despesa, justamente para proporcionar uma visão mais gerencial do fluxo de caixa do RPPS. Elaborado da mesma forma do Balanço Geral da União.

### **7.2.1. Análise do Resultado Apurado do Balanço Financeiro**

A análise e a verificação do Balanço Financeiro tem como objetivo predominante preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira.

Analisando-se os valores listados no balanço, chega-se a um superávit financeiro na ordem de R\$ 2.859.170,49, ou seja, o saldo final no disponível supera o valor inicial no disponível nesse valor.

## **7.3 - Do Balanço Patrimonial – Anexo 14**

O Balanço Patrimonial do RPPS seguiu a mesma estrutura de contas estabelecida para a elaboração do Balanço Patrimonial exigido pela Lei 4.320/64, inclusive no desdobramento dos seus grupos de contas em ativo financeiro e ativo permanente. Da mesma forma que na Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP, as peculiaridades do Balanço Patrimonial dos RPPS se resumem aos procedimentos contábeis que possuem contas específicas, mas já incluídas pela STN do Plano de Contas da Administração Pública Federal, como os investimentos dos regimes próprios de previdência, a provisão para perdas em investimentos, a depreciação acumulada, a provisão matemática previdenciária e as reservas atuariais.





ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
CONTROLE INTERNO



### 7.3.1. Análise do Resultado apurado do Balanço Patrimonial

**Quadro 02** - Comparativo do Balanço Patrimonial apurado em 2013, com o exercício anterior:

| <b>Ativo</b>               | <b>2012</b>          | <b>2013</b>          |
|----------------------------|----------------------|----------------------|
| Ativo Financeiro           | 65.611.025,53        | 68.470.196,02        |
| Ativo Permanente           | 47.075,67            | 47.075,67            |
| <b>TOTAL</b>               | <b>65.658.101,20</b> | <b>68.517.271,69</b> |
| <b>Passivo</b>             | <b>2012</b>          | <b>2013</b>          |
| Passivo Financeiro         | 1.202,50             | 0,00                 |
| Passivo Permanente         | 59.992.358,76        | 116.265.835,79       |
| Saldo Patrimonial Negativo | 5.664.539,94         | (47.748.564,10)      |
| <b>TOTAL</b>               | <b>65.658.101,20</b> | <b>68.517.271,69</b> |

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial

O Quadro 02 demonstra que o Saldo Patrimonial encerrou o exercício em R\$ 47.748.564,10 negativo no exercício de 2013.

O Quadro 02 demonstra que o saldo financeiro em comparação com o exercício de 2012 aumentou em R\$ 2.859.170,49.

### 7.4 - Da Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15

A Demonstração das Variações Patrimoniais do Regime Próprio de Previdência Social observou-se a mesma disposição da Demonstração das Variações Patrimoniais da Lei 4.320/64, com a inclusão, todavia, nos grupos de contas já existentes, das contrapartidas referentes aos procedimentos contábeis exigidos na Contabilidade desses regimes, como as provisões matemáticas previdenciárias, os ganhos e perdas relativos à carteira de investimentos a valor de mercado e a implementação da depreciação.

#### **Quadro 03 – Variações Patrimoniais Aumentativas**

| <b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>      | <b>Valor R\$</b>     | <b>%</b>      |
|-------------------------------------------------|----------------------|---------------|
| Contribuições                                   | 10.610.177,09        | 15,35         |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 539.674,34           | 0,78          |
| Transferências e Delegações Recebidas           | 749.885,85           | 1,08          |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas      | 3.824.780,09         | 5,53          |
| <b>Total das Variações Aumentativas</b>         | <b>15.724.487,37</b> | <b>22,74</b>  |
| <b>Resultado Patrimonial (Déficit)</b>          | <b>53.413.104,04</b> | <b>77,26</b>  |
| <b>TOTAL</b>                                    | <b>69.137.591,41</b> | <b>100,00</b> |
| <b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>       | <b>Valor R\$</b>     | <b>%</b>      |
| Pessoal e Encargos                              | 268.280,10           | 0,39          |





ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
CONTROLE INTERNO



|                                                 |                      |               |
|-------------------------------------------------|----------------------|---------------|
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais      | 3.376.158,76         | 4,88          |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 50.832,01            | 0,07          |
| Desvalorização e Perda de Ativos                | 8.111.348,09         | 11,73         |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas       | 57.330.972,45        | 82,93         |
| <b>Total das Variações Diminutivas</b>          | <b>69.137.591,41</b> | <b>100,00</b> |
| <b>TOTAL</b>                                    | <b>69.137.591,41</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Anexo 15 – Demonstrações Patrimoniais Quantitativas

#### 7.4.1. Análise do Resultado apurado do Balanço Patrimonial

O Resultado Patrimonial acumulado no exercício 2013 foi um Déficit Patrimonial no valor de R\$ 53.413.104,04, que tornou o Saldo Patrimonial Negativo na R\$ 47.748.564,10 em 2013.

#### 7.5. Demonstração do Fluxo de Caixa



A Demonstração do Fluxo de Caixa proporcionam aos usuários um instrumento para avaliar a capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. São possíveis projeção de cenários futuros e análises sobre eventuais mudanças na capacidade de manutenção do financiamento dos serviços públicos.

Este Demonstrativo foi elaborado pelo método direto, apresentando os elementos mais relevantes pelos valores brutos, sequencialmente, demonstrando os recebimentos, os pagamentos, as compras e as alienações de elementos do ativo não circulante, a obtenção e a amortização de empréstimos e financiamentos.

#### Quadro 04 – Demonstração do Fluxo de Caixa.

| <b>FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>                 | <b>EXERCÍCIO ATUAL</b> | <b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b> |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------|---------------------------|
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES</b>                                  |                        |                           |
| INGRESSOS (REC. ORIG., DERIVADAS, TRANSF.)                           | 11.900.530,48          | 0,00                      |
| DESEMBOLSOS (PESSOAL, JUROS, TRANSF.)                                | 9.041.359,99           | 0,00                      |
| <b>FLUXO DE CAIXA DO INVESTIMENTOS</b>                               |                        |                           |
| INGRESSOS (ALIEN. BENS, AMORT. EMPRÉST., ETC.)                       | 0,00                   | 0,00                      |
| DESEMBOLSOS (CONCESSÃO DE EMPR., AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRC., ETC.) | 0,00                   | 0,00                      |
| <b>FLUXO DE CAIXA DO FINANCIAMENTO</b>                               |                        |                           |





ESTADO DE RONDÔNIA  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
CONTROLE INTERNO



|                                               |                      |             |
|-----------------------------------------------|----------------------|-------------|
| INGRESSOS (OP. DE CRÉDITO)                    | 0,00                 | 0,00        |
| DESEMBOLSOS (AMORT. DE DÍVIDAS)               | 0,00                 | 0,00        |
| <b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE</b> | <b>2.859.170,49</b>  | <b>0,00</b> |
| <b>CAIXA E EQUIVALENTE INICIAL</b>            | <b>65.611.025,53</b> | <b>0,00</b> |
| <b>CAIXA E EQUIVALENTE FINAL</b>              | <b>68.470.196,02</b> | <b>0,00</b> |

Fonte: Demonstração do Fluxo de Caixa – RPPS

O quadro 04 demonstra que a diferença das atividades das operações entre o ingressos e os desembolsos apresentaram uma operação líquida no valor de R\$ 2.859.170,49 no exercício de 2013.

O Quadro 04 demonstra que a diferença entre o saldo financeiro inicial com o saldo final aumentou em R\$ 2.859.170,49.



Face ao relatado, conclui-se que o município de Ji-Paraná, conforme documentos acostados ao relatório cumpriram os dispositivos constitucionais em relação à aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino, em ações de saúde, atendem aos constitucionais e com os gastos de pessoal, dentro dos limites prudenciais estabelecidos na LRF.

Nos termos aqui explanado apresenta-se o relatório.

Ji-Paraná, 31 de Dezembro de 2013.

*Sidnei Silva dos Anjos*  
Diretor de Serviços Técnicos Contábeis  
Decreto n.1.298/2013

*Vivaldo Pinto Zeferino*  
Controlador Técnico

*Rosângela B. J. dos Santos*  
Diretora de Controle Administrativo

**DE ACORDO;**

*Elias Caetano da Silva*  
Controlador Geral do Município



## 22. PARECER TÉCNICO

**CONSIDERANDO** o saldo positivo das Disponibilidade observada no período face as despesas realizadas no exercício ser inferior a arrecadação;

**CONSIDERANDO** a evolução positiva das disponibilidades no período comparado conforme quadro 02;

**CONSIDERANDO** que, os balanços e demais demonstrações contábeis que compõem a presente Prestação de Contas, de maneira geral, apresentam adequadamente, nos aspectos relevantes, as posições orçamentária, financeira e patrimonial do Município, em 31 de dezembro de 2013;

**É DE PARECER** que as contas do Fundo de Previdência Social de Ji-Paraná - RO, relativas ao exercício de 2013, de responsabilidade do Senhor Evandro Cordeiro Muniz (Diretor Presidente), em solidariedade com a Contadora do Fundo de Previdência Social, merece por parte da Controladoria Geral do Município **PARECER PRÉVIO PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS**, quais deverá ser atendido as recomendações do item 4. deste relatório, no tocante a implementação de medidas para redução do Passivo Atuarial devida acentuado crescimento no exercício de 2013, aumento considerável de benefícios concedidos e promoção de meios para compensação previdenciária.

É o Parecer.

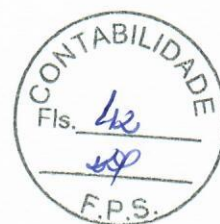
*Sidnei Silva dos Anjos*  
Diretor de Serviços Técnicos Contábeis  
Decreto n. 1.298/2013

Ji-Paraná, 31 de Dezembro de 2013.

*Nivaldo Pinto Zeferino*  
Controlador Técnico

*Elias Bastiano da Silva*  
Controlador Geral do Município





### 23. CERTIFICADO DE AUDITORIA

Diante do exposto, nas minudencias tratadas no Relatório do Controle Interno e Parecer Técnico, **CERTIFICA-SE**, nos termos do Inciso III do Artigo 9º da Lei Complementar Estadual 154/96, analisados a gestão orçamentária e financeira inerentes ao exercício financeiro de 2013.

Por ser expressão dos fatos, certificamos.

Ji-Paraná, 31 de Dezembro de 2013.



*Sidnei Silva dos Anjos*  
Diretor de Serviços Técnicos Contábeis  
Decreto n.1.298/2013



*Elias Cezario da Silva*  
Controlador Geral do Município